

DIREITO

Prova 329

12.º Ano de Escolaridade

O presente documento divulga informação relativa à prova de equivalência à frequência do ensino secundário da disciplina de Direito, a realizar em 2024, nomeadamente:

- Objeto de avaliação
- Caracterização da prova
- Critérios gerais de classificação
- Material
- Duração

Objeto de avaliação

A prova tem por referência o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e as Aprendizagens Essenciais da disciplina de Direito e permite avaliar a aprendizagem passível de avaliação numa prova escrita de duração limitada, incidindo sobre os temas seguintes:

ITEMA – O HOMEM, A SOCIEDADE E O DIREITO**Unidade didática 1 – A problemática da Ordem Social****CONTEÚDOS**

- ✓ A natureza social do Homem;
- ✓ A necessidade da existência do Direito;
- ✓ As diversas ordens sociais normativas;
- ✓ O Direito como produto cultural;
- ✓ O Direito e a evolução social.

CAPACIDADES A AVALIAR

- ✓ Reconhecer a natureza eminentemente social do Homem;
- ✓ Reconhecer a necessidade da existência do Direito;
- ✓ Distinguir as diversas ordens sociais normativas;
- ✓ Compreender as características das normas jurídicas;
- ✓ Reconhecer que a Justiça e a Segurança são valores fundamentais do Direito

Unidade didática 2 – A pessoa, fundamento e fim da ordem jurídica

CONTEÚDOS

- ✓ Noção de personalidade jurídica;
- ✓ Direito Constitucional, conceito e importância;
- ✓ Os direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias;
- ✓ A problemática dos Direitos Humanos.

CAPACIDADES A AVALIAR

- ✓ Distinguir entre personalidade e capacidade jurídica;
- ✓ Conhecer o conceito e a importância do Direito Constitucional;
- ✓ Reconhecer os Direitos Fundamentais;
- ✓ Compreender a problemática dos Direitos Humanos.

II TEMA – O DIREITO E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Unidade didática – O Estado, sociedade politicamente organizada

CONTEÚDOS

- ✓ Direito Público e Direito Privado;
- ✓ Noção e elementos do Estado;
- ✓ Poderes e funções do Estado;
- ✓ Órgãos de soberania;

- ✓ Do Estado de Direito ao Estado Social de Direito.

CAPACIDADES A AVALIAR

- ✓ Distinguir Direito público de Direito privado;
- ✓ Conhecer o conceito de Estado e respetivos elementos (povo, território e poder soberano);
- ✓ Identificar e distinguir poderes e funções do Estado;
- ✓ Articular as funções com os órgãos do Estado;
- ✓ Conhecer os órgãos de soberania, sua composição e mandatos;
- ✓ Articular o funcionamento dos diversos órgãos de soberania;
- ✓ Identificar as características essenciais de um Estado de Direito e analisar a evolução para o Estado Social de Direito.

III TEMA – A COMUNIDADE INTERNACIONAL

Unidade didática – A Comunidade Internacional

CONTEÚDOS

- ✓ As Relações Internacionais;
- ✓ O Direito Internacional;
- ✓ O Direito da União Europeia;
- ✓ Tratados institutivos;
- ✓ Alargamento da União Europeia e saída do Reino Unido;
- ✓ Processo de integração Europeia;
- ✓ Instituições e órgãos da União Europeia;
- ✓ Direito da União Europeia e Direito Interno.

CAPACIDADES A AVALIAR

- ✓ Reconhecer a existência da Comunidade Internacional e os seus reflexos na Ordem Interna;
- ✓ Analisar a problemática do Direito Internacional;
- ✓ Compreender o Direito da União Europeia.

IV TEMA – AS FONTES DO DIREITO

Unidade didática – As fontes do Direito no sistema jurídico português

CONTEÚDOS

- ✓ A Lei;
- ✓ Os vários sentidos da Lei;
- ✓ Processo de elaboração das leis;
- ✓ O início e o termo da vigência da Lei;
- ✓ Hierarquia das leis;
- ✓ Costume;
- ✓ Jurisprudência;
- ✓ Doutrina;
- ✓ Tratados Internacionais.

CAPACIDADES A AVALIAR

- ✓ Conhecer as fontes do Direito no sistema jurídico português;
- ✓ Compreender a importância da Lei como fonte privilegiada do Direito;
- ✓ Reconhecer os vários sentidos da Lei;
- ✓ Analisar as várias fases da elaboração das Leis;

- ✓ Reconhecer o conceito e importância da “vacatio legis”;
- ✓ Distinguir entre revogação e caducidade;
- ✓ Estabelecer a hierarquia das leis;
- ✓ Avaliar a importância do Costume, da Jurisprudência e da Doutrina como fontes do Direito;
- ✓ Analisar a importância dos Tratados Internacionais como fonte do Direito à luz da CRP.

V TEMA – A RELAÇÃO JURÍDICA

Unidade didática 1 – Direitos e deveres jurídicos

CONTEÚDOS

- ✓ Noção de relação jurídica;
- ✓ Direito Subjetivo e Dever Jurídico;
- ✓ Direito Potestativo e Sujeição;
- ✓ Classificação de Direitos Subjetivos.

CAPACIDADES A AVALIAR

- ✓ Explicar o conceito de relação jurídica;
- ✓ Dar uma noção de direito subjetivo;
- ✓ Conhecer o conceito de dever jurídico.

Unidade didática 2 – Elementos da relação jurídica

CONTEÚDOS

- ✓ Os sujeitos;

- ✓ O objeto;
- ✓ O facto jurídico;
- ✓ A garantia das obrigações.

CAPACIDADES A AVALIAR

- ✓ Identificar o sujeito ativo e o sujeito passivo;
- ✓ Distinguir capacidade de gozo de capacidade de exercício;
- ✓ Caracterizar as principais situações de incapacidade e identificar formas de suprimento de incapacidades;
- ✓ Dar uma noção de objeto;
- ✓ Explicar o conceito de facto jurídico;
- ✓ Conhecer os elementos essenciais do negócio jurídico;
- ✓ Compreender as diferenças entre os diversos tipos de negócios jurídicos;
- ✓ Distinguir garantias pessoais de reais.

VI TEMA – AS PROFISSÕES JURÍDICAS E PARAJURÍDICAS

Unidade didática 1 – Profissões jurídicas

CONTEÚDOS

- ✓ Noção e caracterização de profissões jurídicas.

CAPACIDADES A AVALIAR

- ✓ Conhecer a noção de profissões jurídicas;
- ✓ Caracterizar e identificar as profissões jurídicas.

Unidade didática 2 – Profissões parajurídicas

CONTEÚDOS

- ✓ Noção e caracterização de profissões parajurídicas.

CAPACIDADES A AVALIAR

- ✓ Conhecer a noção de profissões parajurídicas;
- ✓ Caracterizar e identificar as profissões parajurídicas.

Caracterização da prova

A prova é constituída por 5 grupos, num total de 12 itens, que incidem sobre os conteúdos programáticos da disciplina de Direito.

Critérios gerais de classificação

- ✓ Clareza e correção na exposição das ideias;
- ✓ Capacidade de análise e de articulação de saberes específicos da disciplina;
- ✓ Uso adequado de terminologia jurídica;
- ✓ Objetividade e capacidade de síntese;
- ✓ Adequação da resposta à questão formulada.

Nos itens de construção, uma resposta correta deve apresentar:

- Uma redação que não se limite à transcrição de dados dos documentos introdutórios, salvo se tal for o solicitado;
- Os conteúdos relevantes apresentados de forma completa, articulada e coerente;
- Uma utilização adequada de terminologia jurídica.

Itens de resposta curta:

- A classificação é atribuída de acordo com a adequação dos elementos apresentados aos elementos de resposta solicitados.

Itens de resposta restrita:

- A classificação é atribuída de acordo com adequação dos elementos apresentados aos elementos de resposta solicitados; de acordo com objetividade e capacidade de síntese, de acordo com utilização adequada de terminologia jurídica.

Itens de resposta extensa:

- A classificação é atribuída de acordo com a adequação dos elementos apresentados aos elementos de resposta solicitados; de acordo com objetividade e capacidade de síntese; de acordo com a clareza e correção na exposição das ideias; de acordo com a capacidade de análise e de articulação de saberes específicos da disciplina; de acordo com o uso adequado de terminologia jurídica.

Material

O aluno deve ser portador de:

- caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta;
- não é permitido o uso de lápis nem de corretor na folha de resposta;
- além do material de escrita o aluno poderá utilizar a Constituição da República Portuguesa, **não anotada**, 6ª versão de 2001, ou 7ª versão de 2004, ou 8ª versão de 2005.

Duração

A prova tem a duração de 90 minutos.